

Apresentação do dossiê

A museologia social e outras museologias possíveis: o museu que não cuida da vida não cuida de nada

Organizadores

Maria Helena Versiani

Mario Chagas

[Sobre os organizadores >>](#)

I

Em março de 2024, lançamos a chamada pública para a seleção de artigos que poderiam compor o dossiê denominado: “A museologia social e outras museologias possíveis: o museu que não cuida da vida não cuida de nada”.

Ao amparo dessa temática, sugerimos que os artigos a serem submetidos abordassem questões como: a teoria e a prática da museologia social no Brasil e na América Latina; a museologia indígena – do museu como “um leque de penas coloridas”;¹ a museologia do axé – Exu matou um pássaro ontem, com a pedra que jogou hoje;² a museologia LGBTQIA+ e seus desafios políticos – pra não dizer que não

¹ Pajé Barbosa Pitaguary (Raimundo Carlos da Silva) é o autor da definição de museu acima apresentada. Nascido em 1967, o grande pajé de todo o povo indígena do Nordeste, encantou-se em 2022. No início da segunda quinzena de julho de 2017, antes da realização da segunda etapa do IV Encontro de Formação de Gestores de Museus Indígenas no Ceará, abordando o tema “Poder da Memória, os museus indígenas em torno da Museologia Social”, pela manhã, encontraram-se caminhando na praia de Almofala, no Ceará, o Pajé Barbosa, seu filho Benício e Mario Chagas. O encontro gerou conversas. As conversas giraram sobre muitos temas, mas em certa altura o Pajé Barbosa passou a falar sobre os museus e foi aí que esta frase ganhou corpo e materialidade, e foi registrada.

² Ditado iorubá (*oriki*).

falei das flores;³ as políticas públicas de cultura e museu – dos pontos de cultura aos pontos de memória; a arte contemporânea e a museologia social – passados presentes; e a museologia da acessibilidade.

Resultado: fomos contemplados com cinco artigos de grande qualidade. Nem todos os temas sugeridos foram abordados, mas, além dos artigos recebidos, provocamos uma intelectual de reconhecida presença no campo dos museus para que nos concedesse uma entrevista singular; assim, além dos cinco artigos, contamos com a entrevista decisiva da museóloga e educadora Maria Célia Teixeira Moura Santos.

Importa registrar que alguns outros autores e textos não puderam ser incluídos, em virtude dos prazos estabelecidos e da dinâmica editorial própria dos *Anais do Museu Histórico Nacional*. Nós, os organizadores deste dossiê, não participamos pessoalmente do processo de seleção dos artigos, mas sugerimos vários pareceristas que participaram.

O tema deste dossiê não se inaugura agora; algumas outras publicações mantêm com ele um diálogo efetivo. Estamos falando de textos publicados por Maria Célia Teixeira Moura Santos, Mário Moutinho, Mario Chagas, Cristina Bruno, Clovis Britto, Vânia Brainer, Pedro Leite, Judite Primo, Maria Helena Versiani,⁴ além dos *Cadernos de Sociomuseologia* da Universidade Lusófona,⁵ do dossiê de Museologia Social, publicado nos *Cadernos do CEOM*, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UnoChapecó),⁶ e de outras bem recebidas publicações.

³ Título da canção composta e interpretada por Geraldo Vandré no Festival Internacional da Canção de 1968. Foi censurada pela ditadura e tornou-se um hino da resistência política.

⁴ Os autores mencionados possuem farta produção acadêmica em museologia social. Alguns dentre eles organizaram repositórios digitais do conjunto de suas publicações, com livre acesso e busca facilitada pela internet.

⁵ A revista *Cadernos de Sociomuseologia* é uma publicação científica semestral de acesso aberto, editada, desde 1993, pelo Departamento de Museologia da Universidade Lusófona.

⁶ A revista *Cadernos do CEOM* é uma publicação do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, em parceria com os programas de pós-graduação em Ciências Ambientais e em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UnoChapecó). Publica artigos e resenhas relacionados à história, arqueologia, antropologia, sociologia, museologia, arqueologia e educação.

A apresentação que conta agora com a sua atenção está dividida em quatorze fragmentos; por eles queremos contextualizar o nosso dossiê, explicitar algumas relações entre o Museu Histórico Nacional e a museologia social, fornecer pistas para novas investigações e problematizar alguns temas.

II

A publicação deste volume faz parte das comemorações dos trinta anos da retomada dos *Anais MHN*; por este e por alguns outros bons motivos, queremos saudar a iniciativa dos seus editores, que decidiram incorporar aos temas tratados pelos *Anais* o da museologia social.

É notável que a museologia social no Brasil tenha chegado, em tão breve tempo, a esse lugar de destaque no coração da museologia convencional. É notável que a Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, criada em 1932, no Museu Histórico Nacional, ao comemorar os seus noventa anos (1932-2022), com um pequeno atraso inteiramente compreensível,⁷ tenha atribuído, em abril de 2025, a sua medalha de Honra ao Mérito a um conjunto expressivo de iniciativas e de praticantes comprometidos com a museologia social,⁸ ainda que um ou outro professor mais ou menos renitente insista em dizer (sem argumentos plausíveis) que a museologia social não existe.

⁷ Atraso inteiramente compreensível em face da necessidade de reerguimento das universidades públicas brasileiras após a pandemia, e após os reiterados ataques da gestão do ex-presidente Bolsonaro às instituições de ensino superior, envolvendo cortes no orçamento e investidas contra a autonomia universitária, entre outros desfechos desastrosos que visaram ao desmonte da educação pública brasileira.

⁸ No dia 8 de abril de 2025, a medalha dos noventa anos da Escola de Museologia foi concedida às seguintes pessoas e organizações que se destacam por seu relevante ativismo no campo interdisciplinar da museologia social: Mãe Meninazinha de Oxum, Museu Memorial Iyá Davina (Mãe Nilce de Iansã e Iyawò de Oxóssi Marco Antônio Teobaldo), Maria Helena Versiani, Mario de Souza Chagas, Antônia Ferreira (MUF), Claudia Rose Ribeiro da Silva (Museu da Maré), Grupo de Pesquisa Museus, Patrimônios Artísticos e Diversidades – MNBA, Mãe Zilmar (Associação dos Amigos do Museu Marinheiro João Cândido), Mestre Paulão Kikongo (Iê Museu Vivo de Arte e Cultura da Capoeira), Museu da Maré, Museu das Remoções, Museu de Favela (MUF), Museu de História e Cultura Afro-Brasileira (Muhcab), Museu Sankofa Memória e História da Rocinha, Museu Vivo do São Bento (MVSb), Rede de Museologia Kilombola (RMK), Rede de Museologia Social (Remus).

É igualmente notável que uma publicação clássica e bem conceituada do Museu Histórico Nacional comemore o seu aniversário de retomada com um dossiê de museologia social, ainda mais quando sabemos que esse periódico, entre os anos de 1930 e 1970, foi um baluarte da museologia colonialista e convencional.

Os movimentos do Museu Histórico Nacional e, especialmente, de seu setor de pesquisa, editoração e produção de conhecimento em direção à renovação dos seus repertórios são evidentes e têm um caráter extraordinário. Não é fácil e não é simples, dentro de uma estrutura com uma genética conservadora, abrir uma frente de inteligência progressista. Esse mérito precisa ser reconhecido e valorizado e isso não é de hoje e não é pouca coisa.

O pesquisador e historiador José Neves Bittencourt, ao assumir a função de editor dos *Anais do MHN* e promover a sua retomada, conseguiu, aos trancos e barrancos (como ele mesmo diria), imprimir ao periódico uma nova dinâmica e incorporar, gradualmente, artigos que abordavam temas pouco convencionais. E de modo sistemático e preciso foi inovando e dando uma nova cara a um periódico que havia perdido a conexão com a museologia contemporânea. Duas, entre outras, de suas grandes sacadas foram atrair pesquisadores jovens e de diferentes campos do conhecimento e inventar, no âmbito dos *Anais*, um seminário anual e seu correspondente “Livro do Seminário”, publicação de trabalhos apresentados no evento. O trabalho de José Neves foi posteriormente seguido e continuado por Rafael Zamorano Bezerra, Aline Montenegro e, atualmente, por Álvaro Marins, André Amud Botelho, Daniele Del Giudice, Patricia Henriques Mafra e Cristiano Ferreira de Barros.

A publicação, em 2008, do Livro do Seminário Internacional, *A democratização da memória – A função social dos museus ibero-americanos* (Chagas; Bezerra; Benchetrit, 2008), organizado por Mario Chagas, Rafael Zamorano Bezerra e Sarah Fassa Benchetrit, foi um pequeno e importante passo, acompanhado por outras publicações, como o dossiê crítico dedicado à nova museologia, organizado por Bruno Brulon Soares, em 2015.

O flerte do Museu Histórico Nacional com a nova museologia e a museologia ativa pode remontar aos anos de 1985, quando

Solange Godoy, na função de diretora do MHN, redesenhou e replanejou o futuro da instituição.⁹ Nas décadas de 1980 e 1990, com a sua inspiração, o MHN foi sacudido por um conjunto inusitado de acontecimentos. Se há uma pessoa que renovou o espírito museal do Museu Histórico Nacional, o seu nome é Solange Godoy. Mesmo depois de afastada da direção do MHN, por mesquinhos motivos políticos, como sói acontecer, Solange Godoy, na condição de assessora técnica, continuou garantindo a realização de exposições como *Expansão, ordem e defesa*, *Comércio informal e ambulante*, bem como as do Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos da Tijuca e do Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Independente de Padre Miguel (esta última com a participação da professora, artista e carnavalesca Rosa Magalhães), além da peça de teatro *Bodas de sangue*, de Federico García Lorca, dirigida por Gilberto Gawronski, realizada sobre os escombros de um antigo auditório do MHN e avaliada por Barbara Heliodora (Chagas, 2002). Eram tempos de inovação, de criação e de experimentação museal. E Solange Godoy vivia plena em seu tempo.

III

É relevante para o nosso dossiê acender algumas memórias que relacionam o Museu Histórico Nacional com a museologia social e com as políticas públicas de museus que neste primeiro quartel do século XXI foram colocadas em movimento. Estamos falando do lançamento da Política Nacional de Museus, em 2003, com a presença do ministro Gilberto Gil, e de todos os seus desdobramentos. Estamos falando também do I Curso de Estudos Avançados em Museologia (Ceam), realizado em 2008, em parceria com a Associação Brasileira de Museologia e com a Universidade Lusófona, então denominada Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), que deu origem aos primeiros doutores em

⁹ Solange Godoy (1940-2023) foi historiadora, professora, museóloga, gestora cultural e mestre em história social da cultura. Ver nota biográfica disponível em: <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/perfil/saudade/solange-sampaio-godoy>.

museologia no Brasil. Estamos falando ainda da grande festa de celebração da criação do Instituto Brasileiro de Museus, realizada, no Pátio Minerva, em janeiro de 2009, do Simpósio Museus, Biodiversidade e Sustentabilidade Ambiental (Chagas; Studart; Storino, 2014) e do I Seminário de Pesquisadores do Ibram,¹⁰ ambos realizados em 2010, tudo isso no MHN.

Para além do MHN, em 2011, foi realizado, em Salvador, com apoio da Universidade Federal da Bahia, o II Ceam e, em 2015, foi a vez do III Ceam na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, tudo em parceria com a ULHT.

Vale destacar também que, em 2011, foi criada a Rede Cearense de Museus Comunitários (RCMC), visando ao compartilhamento de experiências, ao fomento e à cooperação, à divulgação e ao “fortalecimento conjunto de seus integrantes por meio da articulação de ações, projetos e programas interinstitucionais de salvaguarda da memória, patrimônio e museologia social no Estado do Ceará”.¹¹

O movimento da museologia social no Brasil, a partir do lançamento da Política Nacional de Museus, em 2003, vem se fortalecendo gradual e sistematicamente – e o que é notável, com autonomia em relação às tentativas de cooptação por parte de alguns setores do poder público. É por esta trilha que, em 2012, durante o V Fórum Nacional de Museus, realizado na cidade de Petrópolis (RJ), com total independência do Ibram, foi fundada a Rede LGBT de Memória e Museologia Social,¹² que passou a ter potente atuação e alcançou em breve tempo ampla articulação nacional. Em 2013, por seu turno, foi lançada, com total independência, no Museu da República, a Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro (Remus-RJ)¹³

¹⁰ Esse seminário, organizado pela Coordenação de Pesquisa e Inovação Social do Ibram, com o apoio de jovens pesquisadores, foi notável. Produziu muito material, contribuiu para muitos levantamentos e mapeamentos, mas infelizmente não gerou uma publicação.

¹¹ Ver o registro da RCMC no site: https://museologiadigital.museus.gov.br/redes-sistemas-e-entidades/56535-2/?perpage=12&order=ASC&orderby=date&pos=19&-source_list=collection&ref=%2Fredes-sistemas-e-entidades%2F. Acesso em: 12 maio 2025.

¹² Ver o registro da Rede LGBT no site: <https://memoriaslgbt.wordpress.com/rede-lgbt/>. Acesso em: 12 maio 2025.

¹³ Ver o registro da Remus-RJ no site: <https://rededemuseologiasocialdorj.blogspot.com/>. Acesso em: 12 maio 2025.

e, no ano seguinte, foi criada a Rede SP de Memória e Museologia Social¹⁴ e foi lançado o volume 27, número 41,¹⁵ dos *Cadernos do Ceom*, dedicado inteiramente à museologia social. Esse volume, organizado por Mario Chagas e Inês Gouveia, apresentou, em alguma medida, uma cartografia da museologia social em movimento no Brasil, em diálogo com a produção intelectual de autores estrangeiros. Esse dossiê teve e continua tendo grande repercussão.

Muita coisa mudou entre 2015 e 2025. As redes anteriormente citadas amadureceram as suas reflexões, práticas, metodologias de trabalho e políticas de atuação. Novas redes combativas e em diálogo com a museologia social surgiram e se espalharam pelo Brasil. A Rede de Museologia Kilombola (RMK),¹⁶ por exemplo, criada em 2019, com liberdade e independência, tendo à frente um grupo de estudantes negras e negros, inventou o seu próprio caminho e radicalizou (o que é muito bom!) o seu combate ao racismo de um modo geral e, de um modo particular, ao racismo no contexto museal.

A museologia social no Brasil é hoje uma potência, ainda que enfrente resistências, em setores liberais, conservadores e pseudo-progressistas. A Universidade Lusófona ampliou o seu conjunto de publicações e de seminários temáticos, sempre com destaque para professoras e professores, pesquisadores e pesquisadoras brasileiras. Nesse período também foi realizado, no Museu da República, em 2018, o IV Ceam, em parceria com o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Museu da Maré) e a ULHT.

¹⁴ Ver o registro da ReMMus-SP no site: https://museologiadigital.museus.gov.br/redes-sistemas-e-entidades/56661-2/?perpage=12&order=ASC&orderby=date&pos=20&-source_list=collection&ref=%2Fredes-sistemas-e-entidades%2F. Acesso em: 12 maio 2025.

¹⁵ *Cadernos do Ceom* / Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, v. 1, n. 1, jan./jul. 1986. Chapecó: Unochapecó, 1986. O dossiê denominado Museologia Social está disponível em: <https://mariochagas.com/wp-content/uploads/2020/02/5ceom.pdf>. Acesso em: 12 maio 2025.

¹⁶ Ver o registro RMK no site: <https://museologiadigital.museus.gov.br/redes-sistemas-e-entidades/52040-2/>. Acesso em: 12 maio 2025.

IV

O título do presente dossiê: “A museologia social e outras museologias possíveis: o museu que não cuida da vida não cuida de nada” tem a intenção explícita de dizer que a museologia que pensamos e praticamos admite outras e diferentes possibilidades museológicas com permanente postura crítica e conexão com a vida em movimento.

A museologia social, com a qual estamos envolvidos, é uma área de conhecimento que considera os museus não apenas como uma instituição ou um fenômeno que tem origem na Europa, por mais que essa abordagem faça sentido para a museologia convencional. A nossa experiência no campo da museologia social nos levou à compreensão de que estamos lidando com uma necessidade básica dos seres humanos. A arte é uma necessidade, a poesia faz parte dessas necessidades; a lida com o passado, com as memórias, com as heranças materiais, imateriais e espirituais, de um modo mais ou menos organizado, articulada com o desejo de projetá-las em outro tempo, também é uma necessidade humana, e a isso queremos chamar de imaginação museal (Chagas, 2009). E essas imaginações museais mobilizam afetos poéticos e afetos políticos, movimentos criativos e movimentos de resistência – alguns desses afetos produzem mais vida e alegria, e amor e amizade, e solidariedade, e outros produzem ódio, inimizade, morte e depressão. A museologia social, em nosso entendimento, está comprometida com a produção de mais vida. Ela tem um forte componente político e emancipatório, e uma atuação crítica em relação aos cânones da museologia normativa, neoliberal, subordinada e dependente dos jogos do capital.

V

Com o objetivo de colaborar com a sua leitura, apresentamos a nossa compreensão a respeito de algumas expressões que mantêm conversas com a museologia social, mas que com ela não se confundem. Em outros termos, vamos apresentar a seguir um pequeno

conjunto de distinções conceituais – mas convém, no entanto, considerar que esta é a nossa perspectiva e que não temos nenhum desejo de ter a respeito dos temas tratados uma palavra definitiva.

A expressão nova museologia ainda que permaneça em uso em alguns setores museológicos, está, ao que tudo indica, bastante desgastada e perdeu potência política e teórica. No entanto, não vamos nos esquecer de que a maioria dos autores citados no penúltimo parágrafo do fragmento I desta apresentação escreveu e trabalhou com a nova museologia; além disso, o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (Minom),¹⁷ por mais que tenha passado a trabalhar com a museologia social, continua vinculado ao seu nome de origem e isso acaba gerando algumas confusões conceituais. De qualquer modo, em nosso entendimento, a expressão nova museologia passou a ser compreendida e praticada, a partir da década de 1970 e 1980, como um rompimento com a museologia normativa e convencional, e como um conjunto libertário de sugestões e orientações que implicavam na valorização da busca sistemática de novos caminhos para os museus. Ainda assim, o foco continuava nos museus (comunitários ou não) que desejavam ser aceitos pelos convencionais.

A museologia de ruptura é uma expressão utilizada por Jacques Hainard,¹⁸ a partir do Musée d’Ethnographie de Neuchâtel, que produziu importantes impactos no campo museal. A museologia de ruptura pressupõe e propõe um rompimento com os discursos normativos dos museus, sobretudo dos museus europeus, e sugere exposições e discursos que rompem com os padrões colonialistas. De qualquer modo, o foco continuava nos museus convencionais e na museologia normativa.

A expressão museologia popular foi utilizada pela museóloga e artista cubana Marta Arjona Pérez¹⁹ e pela museóloga brasileira

¹⁷ Ver o registro do Minom no site: <https://www.minom-icom.net/>. Acesso em: 12 maio 2025.

¹⁸ Jacques Hainard (1943) é um etnólogo suíço, nascido em Fleurier. Ver nota biográfica disponível em: <https://www.men.ch/fr/histoires/portraits/hainard-jacques/jacques-hainard-detail>.

¹⁹ Marta Arjona Pérez (1925–2006) foi uma artista, museóloga e revolucionária cubana – nasceu e morreu em Havana. Ver nota biográfica disponível em: https://www.ecured.cu/Marta_Arjona.

Waldisa Rússio²⁰ com o objetivo de colocar em evidência teorias e práticas museológicas sintonizadas com as classes populares e trabalhadoras, bem distante das práticas aristocráticas e oligárquicas da museologia convencional e hegemônica dos grupos economicamente dominantes. Essa expressão continua potente.

A museologia ativa, por sua vez, é uma expressão que ganhou visibilidade a partir da Declaração de Quebec (Canadá), em 1984. Fica aqui uma singela sugestão para a investigação das relações entre a museologia ativa e o fazer museal que age de modo intencional com independência em relação ao poder exercido pelo Estado. Num dos primeiros documentos publicados por Solange Godoy, à frente do MHN, a expressão foi utilizada, ainda que encarnasse alguma contradição.

É importante registrar que existem algumas outras museologias que mantêm com a museologia social uma conversa avançada e ativa. Por mais que tenham singularidades, essas outras museologias encontram na museologia social um espaço de diálogo e conexão. Estamos falando da museologia crítica, da museologia indígena, da museologia kilombola, da museologia política, da museologia LGBTQIA+ e assim por diante.

VI

Este dossiê nos estimula também a pensar a museologia social nas suas interrelações com a história cultural (Burke, 2005) e dentro dela com a história das sensibilidades ou dos sentimentos (Pesavento; Langué, 2007).

Essa vertente historiográfica distingue as sensibilidades como um modo de apreensão do mundo social, que escapa aos padrões do conhecimento científico sustentados na racionalidade. As sensibilidades são anteriores à reflexão, são reações que saltam do corpo em

²⁰ Waldisa Rússio (1935-1990) era bacharel em direito, cientista social e museóloga; nasceu e morreu em São Paulo. Ver nota biográfica disponível em: <https://www.ieb.usp.br/waldisa-russio-camargo-guarnieri/>.

face de determinadas injunções da realidade. Captar as sensibilidades na análise histórica envolve perscrutar sobre o que anima os comportamentos humanos, compreendendo que tais comportamentos dão sentidos pessoais e coletivos à sociedade. Segundo o historiador Alain Corbin, o estudo das sensibilidades mostra-se especialmente fecundo no campo das representações, por exemplo, se observamos os modos como as pessoas se representam em diferentes espaços e tempos históricos e como essas representações revelam aspectos do mundo em que elas vivem (Corbin *apud* Ertzogue; Parente, 2006, p. 17).

Parece-nos uma via segura pensar a museologia social como uma museologia das sensibilidades, que compreende os diversos modos de sentir a realidade como formas que dão significados ao mundo social, formas constituintes da experiência humana, expressivas nas maneiras como as pessoas experimentam o mundo, conferindo certa ordem e ritmo à vida em sociedade. Simultaneamente, e não raro, procurando driblar ou subverter fundamentos das suas próprias experiências, se abrindo para novas disposições, novas formas de sentir e de agir no mundo do possível.

Sandra Pesavento (Pesavento; Langue, 2007) alerta para a importância das sensibilidades no fazer histórico, assumindo que as emoções, os sentimentos, a qualidade do que é sensível, são maneiras de conhecer, representar e construir o mundo.

Assim, na museologia como na história, pensamos um museu das sensibilidades, que mobiliza estados de alma, que participa nos processos humanos criativos e produtivos, processos que impulsionam a vida. Criação e produção não resultam exclusivamente da ação humana consciente. A experiência dos homens e mulheres convoca a subjetividade, o sentimento, a memória que se sustenta em afetos, convoca o corpo que é afetado e reage à realidade, às emoções que saltam e que expressam visões de mundo e sentidos de identidade social. Os sentimentos penetram a experiência e penetram os museus. São como discursos não verbais, que encontram sentidos, seguidores, interlocutores e aqueles e aquelas que dão vida aos compartilhamentos culturais.

As sensibilidades inscrevem-se na memória social e nos museus sociais, em um mundo no qual, invariavelmente, pessoas e

coletividades atualizam a sua disposição para sentir e se emocionar. A museologia social é uma evidência da força do sensível que, em determinado tempo e espaço, pode ser transmitida para outro tempo e outro espaço, encadeando sentidos temporais e espaciais antes impensáveis. Formando redes de museus e movimentos emancipatórios. O museu social é um museu para a liberdade, é um museu para a vida. É um museu que mobiliza afetos, sem medo de afetar e ser afetado, que mobiliza poéticas e sensibilidades.

VII

No século XIX o esforço de conferir estatuto de cientificidade ao conhecimento histórico ganhou força no Brasil, a partir da influência direta da escola positivista de Augusto Comte (1798-1857). O desenvolvimento do método científico expressaria o progresso do espírito humano, iluminando a sua marcha ascendente em direção ao pretenso verdadeiro conhecimento (Comte, 1978).

O pressuposto homogeneizador presente nesse pensamento encobre conflitos sociais de longa duração perpetuados no Brasil. Conflitos consensuados de cima para baixo, em que, onde se diz conciliação social, vê-se conciliação de uma elite aprisionada em lógicas sociais hierárquicas herdeiras do escravagismo, em que a riqueza é construída na base da superexploração dos socialmente desfavorecidos e tem contornos raciais precisos. Na prática, o país não se integrou e a convivência pacífica é uma balela.

É contra a ideia de uma história e de um museu que tendem a uniformizar as diferenças culturais que, no Brasil de meados do século XX, intelectuais como a ativista, filósofa e antropóloga Lélia Gonzalez (1935-1994) (2020), o intelectual independente, historiador e militante político Clóvis Moura (1925-2003) (2023), o pensador, sociólogo e político Guerreiro Ramos (1915-1982) (2024) e o escritor, ativista político e artista Abdias Nascimento (1914-2011) (2016) denunciam o racismo pseudocientífico que traça uma hierarquia entre as raças, a partir de uma linha evolutiva, em que toda a humanidade estaria nela posicionada para o atraso ou para o pro-

gresso. Esse inconsistente argumento evolucionista quer reiterar a superioridade do trabalhador europeu, o primitivismo indígena e o atraso dos africanos. O imigrante branco e europeu, por suposto, seria o portador da civilização – pensamento que repercutiu, entre outros malfeitos, para a formulação da política de incentivo à imigração de pessoas brancas, na virada do século XIX para o século XX, ao tempo em que era proposto um projeto de apuro genético pela via do branqueamento dos brasileiros e brasileiras.²¹

As vozes e os textos da intelectual e dos intelectuais acima mencionados erguem-se contra as ideias de uma história apaziguadora e de um museu neutral que gostariam de produzir ilusão e dizer que há harmonia, onde há conflito, violência e expropriação. São essas potências intelectuais que denunciam e desmontam a teoria de Gilberto Freire (1975) ancorada na noção da democracia racial brasileira, que, em última análise, sustenta que a miscigenação é redentora e viabilizadora de um projeto nacional unificado, fundado no encontro das três raças.

Contradizendo o pensamento freiriano, na concretude dos dias, a clivagem racial segue sendo no Brasil elemento estruturante das desigualdades de direitos. O repúdio ao pressuposto da existência de raças inferiores e raças superiores, no pensamento freiriano, alcançou o seu máximo na glorificação da mestiçagem, percebida como característica maior e orgulho do país.

É indispensável levar em conta que até hoje a narrativa do Brasil como modelo de paraíso racial miscigenado impacta o imaginário social, embora essa narrativa já tenha sido denunciada e desconstruída. Como indica Florestan Fernandes (2008), a tentativa de sustentação de que o Brasil vive ou viveu em uma democracia racial não é apenas frágil, é também a construção de um mito, um mito criado para inviabilizar todo e qualquer projeto socioeconômico, político e cultural pautado na equidade.

Até o avançado do século XX, predominou no Brasil entre as elites econômicas e os grupos socialmente dominantes o profundo desinteresse e desrespeito pelas especificidades e diversidades do

²¹ Ver o trabalho de Clóvis Moura (2023) e também o de Lília Moritz Schwarcz (1993).

social, pelas manifestações populares, salvo em situações em que pudessem auferir lucros e benefícios particulares. O mercado da arte é um bom exemplo, ainda que restrito, da forma como operam as elites econômicas e sociais a favor da construção de um projeto civilizatório excludente.

VIII

Desde o século XIX até o século XX, os museus no Brasil investiram na reprodução da experiência dos museus europeus. As instituições museais brasileiras assumiram, por esse caminho, a função de catalogar conhecimentos, predominantemente no campo da história natural e da evolução das espécies, contribuindo para a construção de uma identidade nacional limitada à descrição do ambiente tropical, que evidenciava a exuberância de suas riquezas minerais, de sua flora e de sua fauna, bem como dos bens culturais relacionados ao viver cotidiano de sua população originária.

Em 1922, ano do centenário da Independência do Brasil, deu-se a criação do Museu Histórico Nacional (MHN), que se organizou com o desejo de ser um espaço de representação do Brasil como nação independente; um museu dedicado ao imaginário histórico da pátria e a se constituir como um dos guardiões da identidade nacional.

Contudo, no correr das últimas décadas do século passado, visando a trazer para a reflexão histórica a diversidade de vivências e ações que fogem aos cânones da padronização analítica universalizante, novas premissas teóricas no campo da museologia e da história foram propostas, experimentadas e consolidadas por um número crescente de pesquisadores, atuantes no campo das ciências humanas e sociais. Novos pressupostos teóricos envolveram o estreitamento de diálogos interdisciplinares, comprometidos com o abandono de velhas ortodoxias e com a extraordinária renovação do “fazer museu” e do “fazer história”.

A experiência de pessoas comuns – “homens ou mulheres que a posteridade não distinguiu” (Chartier; Hébrard, 1991, p. 451) – passa a ganhar importância como indicador de características

do seu tempo e lugar. Cada fragmento de experiência encerra uma possibilidade de visão mais ampla. Observar os fragmentos ajuda a perceber a complexidade do social, na medida em que deixa evidente a pluralidade de lógicas presentes na sociedade, a “estrutura folheada do social” (Revel, 1998, p. 14).

A musealização é uma ação humana e decorre da atribuição de sentidos e valores específicos a determinados bens ou objetos culturais que podem ser musealizados; a musealização parte do princípio de que tudo é museável, ainda que nem tudo será musealizado. Nesses termos, todo e qualquer fragmento de experiência humana tem a possibilidade de ser musealizado. Parece nítido, portanto, que é no processo de musealização – compreendido como um ato de vontade poético e político, impregnado de subjetividades, sensibilidades e afetos, e banhado em coletividades e socialidades – que se decide o que deve ou não deve ser musealizado.

A vida social, de igual modo, está impregnada de sentidos atribuídos. Portanto, as determinações sociais não deveriam ser pensadas como se ocorressem independentemente das pessoas nelas envolvidas. Uma determinada realidade existe tão somente na medida em que existem maneiras específicas de senti-la, fazê-la e vivenciá-la. Por sorte, as pessoas não estão condenadas a reviver e reeditar a mesma história; felizmente, elas sempre poderão transformar a realidade dada, a partir das suas sensibilidades e ações, dentro de um campo fluido de possibilidades, que compreende, inclusive, a capacidade de organização social. Assim, importa captar as singularidades, complexidades e multiplicidades das vivências cotidianas, que de tão fragmentadas e diversas desautorizam qualquer modo homogeneizador e totalizante de análise da vida social. O respeito às diferenças e o diálogo que busca o bem comum é o que dá sentido à museologia social.

No reino das sensibilidades, reconhecemos valores, ideias, estratégias de luta e de participação política, que não devem ser analisados de forma aleatória como se fossem, necessária e simplesmente, reflexos das contradições de uma estrutura social dominante. No museu social e das sensibilidades estão os sentidos da vida em sociedade, as singularidades que carregam as experiên-

cias que traduzem, os valores políticos e culturais que expressam, os entendimentos sobre o que é ou não é justo.

No início do século XXI, no Brasil, vivenciamos tempos vibrantes; vimos uma explosão de movimentos sociais e projetos coletivos ocuparem o espaço público para reivindicar direitos, incluindo o direito de viver outras experiências em sociedade; vivenciamos um tempo de manifestações feministas, antirracistas, de afirmação da escola pública, da saúde pública, de afirmação de gênero; de sustentação do direito à cultura, à diversidade cultural e à diversidade de pensamento. Vivenciamos também experiências de economia solidária, de ações contra os servilismos e totalitarismos, além de outras manifestações públicas movidas e interseccionadas no desejo de transformar a sociedade brasileira em um lugar mais inclusivo.

Nos desdobramentos dessa experiência, os museus sociais se afirmam como espaço de valorização e resistência de comunidades historicamente subalternizadas. E mesmo os grandes museus nacionais passaram a ser questionados acerca da sua função social.

Nessa direção, em tempo recente, a gestão de Mario Chagas no Museu da República (2018-2024) ousou qualificar a instituição como um museu social, um museu ativista, ator histórico, radicalmente comprometido com a valorização dos sentidos democráticos das ações e vivências museais. O Museu da República então firmou o ponto como espaço da experiência política, cultural, social, econômica; espaço mais plural, heterogêneo e dinâmico do que pode supor qualquer exercício de padronização que teime em reduzir a importância da diversidade nos museus e na história. Novos acervos, novos projetos, novas presenças e publicações feitas em diálogo multicultural. O resultado viu florescer muitas e diversas apropriações desse museu, que colocou em pauta o universo dos saberes ancestrais e a importância de que sejam respeitados e institucionalizados na perspectiva de suas próprias filosofias. Ainda assim, Mario Chagas foi exonerado, em julho de 2024, pela então presidenta do Ibram, sob a alegação de estar desalinhado com o Ibram, deixando ver que: “nem as inteligências nem as ideias são desencarnadas” (Chartier, 1991, p. 4).

Hoje, a museologia social – como a história das sensibilidades e o museu das sensibilidades – parece ter se libertado dos constrangimentos impostos pela crítica positivista²² e não há dúvida de que toda uma literatura museal tornou-se elemento de interesse para os historiadores e vice-versa. Não há tema que não possa ser abordado nos museus sociais. Simplesmente tudo o que diz respeito ao humano importa à museologia social. Invariavelmente, museólogos e historiadores agora precisam lidar com as sensibilidades que constroem e destroem museus, constroem e destroem vidas, produzem avanços sociais e impõem limites e recuos.

IX

O que chamamos de museu guarda em si múltiplos sentidos, misturas, combinações, coleções, relações e possibilidades.

De um modo corriqueiro, o museu no mundo ocidental é associado à mitologia grega e, especialmente, ao Templo ou à Casa das Musas, um espaço sagrado onde eram cultuadas as nove filhas de Mnemósine (a Deusa da Memória) e de Zeus (o Senhor do Poder).

Por essa trilha, compreende-se que os museus são, ao mesmo tempo, lugares de memória e lugares de poder. O poder da memória e a memória do poder, nos museus, podem se apresentar como estratégia de luta a favor das comunidades, dos grupos sociais subalternizados e economicamente precarizados. Porém, adversamente, podem também operar com garras afiadas a favor do colonialismo, da expropriação e da exclusão social. Seguindo por esse caminho, é possível compreender que os museus também são lugares de esquecimento e lugares de resistência, o esquecimento que não existe sem a memória e a resistência que não se submete ao poder autoritário.

A mitologia grega ainda nos oferece uma outra referência para a palavra museu. Trata-se de uma personagem singular, que navega

²² Maria Paula Araújo (2009) traz interessantes reflexões sobre as possibilidades de articulação entre análise histórica e subjetividade.

entre o divino e o humano; trata-se do poeta, filho de Orfeu e Selene, seu nome é Museu. Dialogando com esta orientação mítica, é possível acolher a sugestão de que cada museu social ou comunitário é um ente e um exercício poético que desperta a irrefreável musealidade²³ no lugar, nas coisas e na linguagem das coisas, nos lances que desafiam as formas de ver e de estar na história, nos olhares que toca, nos fios condutores das narrativas e nas pessoas.

De qualquer modo, é indispensável não olvidar a associação dos museus modernos com os antigos gabinetes de curiosidade que tiveram origem no Renascimento, gabinetes reais, clericais e aristocráticos, que colecionavam entre pedras, plantas e bichos, elementos relacionados à vida do outro, à vida de outras sociedades e culturas humanas, colecionando-os e, por vezes, expondo-os como curiosidades. Tudo isso, amparado em ideologias racistas, machistas e colonialistas.

Síntese provisória: os museus são criações humanas, não são neutros, estão ancorados em posições éticas, poéticas e políticas específicas. Os museus são campos de disputa e participam da vida social.

X

A necessidade de museu implica um diálogo que articula o visível e o invisível, o passado e o presente, o futuro e o presente, a permanência e a mudança, a memória e o esquecimento, a semelhança e a diferença, e assim por diante. Por esse caminho, parece compreensível que a necessidade de museu não é uma exclusividade do mundo ocidental. Povos diferentes, em épocas diferentes e em lugares diferentes, organizam as suas relações com o passado e trazem para o presente o desafio de lidar com o tempo, num determinado espaço. Mitos, símbolos, histórias, referências e narrativas

²³ Compreendemos a musealidade como uma qualidade distintiva dos bens e manifestações culturais musealizados. A musealidade instaura-se a partir de um valor atribuído; esse valor pode ser positivo ou negativo, mas sempre será adjetivo; é no mundo dos adjetivos que a musealidade opera. Ver também o artigo de Mario Chagas (1994).

variadas apresentam diferentes formas museais de lidar com o passado, com o presente e o futuro de modo articulado.

Um símbolo africano potente que dialoga com o mundo dos museus é o pássaro mítico conhecido como Sankofa (Jagun, 2024). Trata-se de um símbolo *Adinkra*, representado como um pássaro que se projeta para frente, com a cabeça voltada para trás, carregando em seu bico um ovo (símbolo do futuro).

Sankofa, um ser alado com os pés no chão, pode, por analogia, ser compreendido como uma espécie de museu em movimento, um ser que pode voar e caminhar e que, ao estabelecer relações com a memória social, com o território, com o espaço e o tempo, atualiza o sentido da busca do passado, do conhecimento, do legado cultural dos ancestrais e sinaliza a favor da construção de um presente e de um futuro grávidos de vida, de devires. Síntese: sem olhar, a partir do presente, o passado que continua em movimento não é possível produzir futuros.

Há também uma referência mítica e filosófica dos povos Kongo conhecida como Fútu, o grande saco da existência. Para os povos Kongo, o planeta Terra é, segundo Nei Lopes e Luiz Antonio Simas, “um grande saco em que Kalunga, o Ser Supremo, colocou tudo o que torna possível a vida e depois fechou, com um nó bem apertado” (Lopes; Simas, 2020, p. 82). O Fútu contém tudo o que é necessário à vida para ser vida; nele estão contidos todos os alimentos, todas as bebidas, todos os remédios, todas as matérias-primas para a produção de toda e qualquer ferramenta, e assim por diante. Na vida comunitária e pessoal, como indicam Lopes e Simas, um Fútu tem imenso valor; nele podem estar guardados objetos pessoais, segredos, ferramentas e materiais de utilidade. Alguns deles podem passar de uma geração para outra. O segredo do Fútu está no nó. “Esse nó é um código, um sistema oculto feito para isolar e proteger o mistério da vida” (Lopes; Simas, 2020, p. 83).

Em nosso entendimento, os museus sociais (aqui se inserem os museus indígenas, os museus quilombolas, os museus de terreiro, os museus de favela, os museus comunitários e muitos mais) são uma espécie de Fútu que precisa ser conhecido e decifrado. Neles estão ou podem estar objetos comuns e coletivos, objetos que guar-

dam a memória de pessoas, de famílias, de grupos sociais; neles também se encontram ferramentas e materiais de utilidade, chaves de libertação vinculadas à memória social, a importantes referências ancestrais, ao pertencimento, à consciência de si e do outro, à educação transformadora e aos encontros que expandem a vida.

XI

A força que pode ter um museu incide na possibilidade de produzir estranhamento no seio do familiar e familiarização no antro do estranho (DaMatta, 1978); incide também na possibilidade de transformar e dar corpo a sentimentos, pensamentos, sensações, intuições, palavras e experiências diversas. Mas é preciso dizer que as múltiplas possibilidades museais nem sempre estiveram ou estão ancoradas na diversidade temática e cultural.

Os museus no Brasil nasceram submetidos ao jugo colonial, instruídos no eurocentrismo e no etnocentrismo; dedicados à formação de coleções e registros de memórias com o objetivo explícito de servir aos interesses da elite dominante, intelectual e econômica do país. Esse padrão de museu, sem dimensão popular, até hoje encontra lugar e público cativo.

Somente após a Segunda Guerra Mundial, com ênfase a partir dos anos 1960 – e por força dos movimentos sociais que ocuparam as ruas, nunca é muito repetir, com manifestações do movimento feminista, do movimento negro, do movimento da reforma sanitária, do movimento por direito à terra, do movimento da educação popular, do movimento ambientalista, entre outros que reivindicavam mais direitos e mais democracia –, os museus foram impactados e questionados quanto ao seu distanciamento em relação à sociedade. Desde então, foram lançadas as sementes de outras museologias possíveis e hoje os museus já não são apenas espaço de coleção e contemplação, são também processos que operam com a memória em devir, com a memória a favor da vida e que têm uma função social marcada e marcante.

XII

No Brasil, ainda nos anos 1950, foram criados o Museu do Índio, idealizado por Darcy Ribeiro; o Museu de Imagens do Inconsciente, pela doutora Nise da Silveira, e o Museu de Arte Negra, por Abdias Nascimento; todos na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Em todos esses casos estamos falando de museus que abraçaram determinadas causas e surgiram para combater o preconceito, respectivamente, em relação aos povos indígenas, às pessoas com doenças mentais e aos povos negros descendentes de africanos escravizados no Brasil. Vale aqui lembrar o aforismo que nos foi ofertado por Januário Garcia:²⁴ “Existe uma história do povo negro sem o Brasil; mas não existe uma história do Brasil sem o povo negro”.²⁵

Experiências como as que foram citadas cresceram em diálogo com uma nova museologia, avançaram na direção de uma museologia popular, de uma museologia ativa e desembocaram na museologia social, comprometida com a transformação social pela via democrática.

Em maio de 1972, a Mesa Redonda de Santiago do Chile – encontro organizado pelo Icom (Conselho Internacional de Museus) e pela Unesco, que se dedicou ao papel social dos museus nos países latino-americanos – firmou o ponto de que os museus devem existir conectados à sociedade, atuando para a superação de problemas e desigualdades sociais.

Surgia então como que um novo pensamento museal no mundo latino-americano; os museus, de um modo geral, foram desafiados a romper o seu isolamento e a participar da vida social.

No Brasil, com o fim da ditadura militar (1985), e especialmente depois do lançamento da Política Nacional de Museus (2003), ganhou gradualmente força a ideia do museu democrático, do museu cidadão, do museu social que se apoia nas ideias de memória, justiça, reparação, cidadania, criação e participação social.

²⁴ Januário Garcia (1943–2021) nasceu em Belo Horizonte e faleceu no Rio de Janeiro. Durante cinquenta anos dedicou-se ao registro documental da memória do povo negro brasileiro. Nota biográfica disponível em: <https://www.geledes.org.br/januario-garcia/>.

²⁵ Ver texto de Historiadorxs Negrxs, no Portal Geledés: <https://www.geledes.org.br/januario-garcia/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

XIII

Há uma pergunta que insiste, que não se cala. Do que falamos quando falamos em museologia social? Não temos a intenção de responder, vamos apenas nos aproximar de uma possível resposta. Compreendemos como museologia social um expressivo conjunto de reflexões e práticas, bastante diferenciadas entre si, ancoradas na democracia, nos direitos humanos, na memória, no patrimônio, no matrimônio (herança materna) e no fratrímônio (herança fraterna), com fortes compromissos sociais; a museologia social, neste dossiê, também é compreendida como um movimento que fortalece os movimentos populares e sociais, as lutas contra o racismo, a lgbtfobia, o preconceito social e a exploração das classes subalternizadas; compreendemos ainda a Museologia Social como uma práxis de cidadania cultural, que investe no letramento museal e na democratização do museu como uma ferramenta de luta, a partir de relações específicas com o tempo, com o espaço, com a memória e com a noção de herança.

Há uma outra pergunta que sempre se impõe. Qual a diferença entre a sociomuseologia e a museologia social? Da nossa parte, por motivos táticos e estratégicos, não investimos nas distinções entre essas duas expressões museológicas. Motivo: investir nesse tema pode não significar avanço teórico algum e ainda assim produzir rompimentos entre aliados e, especialmente, entre a academia e o movimento social. O máximo que nos permitimos, por agora, é considerar que, na museologia social, o ponto de partida é a museologia e o social adjetiva a teoria e a prática. E, no caso da sociomuseologia, o ponto de partida parece ser o social em perspectiva museal. O que nos interessa, repetindo, não é o estabelecimento de distinções entre essas expressões museológicas, mas, sim, a busca de alianças, reciprocidades e parcerias criativas; a manutenção de uma sinonímia provisória e de uma boa conversa.

Todavia, uma vez ou outra, nos deparamos com a sugestão de que a sociomuseologia seria uma escola de pensamento e, por este caminho, a museologia social seria o lugar da prática. Uma sugestão desse tipo implica a reprodução do modelo de pensamento colonialista que, em última análise, escora-se no seguinte argumento:

há um grupo social que pensa e um outro grupo social que põe em prática o que foi pensado. Esse argumento não se sustenta.

Do nosso ponto de vista, esse caminho é um equívoco teórico e nos conduz ou pode nos conduzir a uma armadilha. Para evitar a captura, exercitando uma linha de fuga, afirmamos: a museologia social, na América Latina e no Brasil, não é o lugar da prática pela prática, é o terreiro da práxis.

Por outra perspectiva, em nosso entendimento não precisamos, no mundo contemporâneo, de mais uma escola de pensamento, precisamos de escolas de vida e de cuidado com a vida, em diálogo com os movimentos sociais; precisamos de intelectuais que não tenham medo de ser “in-mundo”, que não tenham medo dos afetos e muito menos de afetar e ser afetados, precisamos de companheiras e companheiros capazes de agir na vida sem processos hierárquicos, precisamos de pessoas comprometidas com a transformação social a partir do pequeno-grande mundo da museologia social.

Interessa-nos, por fim, investigar em que medida é possível a aplicação da museologia social (ou da sociomuseologia) como uma museologia das sensibilidades nos museus convencionais como o Museu da República e o Museu Histórico Nacional. Para essa questão, a nossa resposta é sim. Sim. É possível aplicar os métodos e princípios da museologia social (ainda que eles não estejam e talvez nem devam estar inteiramente sistematizados) aos museus convencionais e normativos, mas essa aplicação sempre esbarrará em limites e, entre esses limites, destaca-se a falta de autonomia dos museus públicos. O caso do Museu da República é exemplar.

XIV

Neste dossiê, autoras de fértil sensibilidade e imaginação trazem um conjunto de reflexões e experiências diversas que projetam a museologia social como espaço de participação política e de valorização das memórias que promovem inclusão e cidadania. Não é intencional, mas é sintomático, que, das onze pessoas autoras que participam deste dossiê, incluindo as organizadoras, oito

identificam-se como mulheres e três como homens. A lida com as memórias, as heranças, as artes, os patrimônios e os museus está atravessada por questões de gênero, de raça e de classe.

Os artigos aqui apresentados contêm, todos eles, um breve e sucinto resumo, o que permite ao leitor e à leitora antever as ideias principais que serão aprofundadas nos textos. Estamos falando dos seguintes artigos: “Entre passado e presente, a história de luta e afeto da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro”, de Sarah Braga e Nathália Lardosa; “Museologia social como ponte: do Morro do Castelo à Vila Autódromo”, de Sandra Maria de Souza Teixeira e Lia Fernandes Peixinho; “Pensando o museu-terreiro”, de Pedro Marco Gonçalves; “Indumentárias religiosas afro-brasileiras enquanto memória e resistência nos museus brasileiros”, de Manon Salles; e, por fim, “Os ecomuseus no Canadá entre a anglo e a francofonia: 40 anos da Declaração de Quebec (1984-2024)”, de Larissa Saldanha Oliveira e Adel Igor Pausini. Confluindo com esses artigos e ampliando o potencial e o alcance do nosso dossiê, temos a potente entrevista que nos foi concedida pela professora Maria Célia Teixeira Moura Santos. Trata-se de um documento singular que, com toda certeza, produz um marco nas contribuições e publicações da museologia social no Brasil.

Oxalá este dossiê tenha serventia!

Boa leitura!

Referências

- ARAÚJO, Maria Paula. O lugar do sentimento na história oral. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA E INDIVÍDUO, 2009, Rio de Janeiro.
- BURKE, Peter. *O que é a história cultural?*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CHAGAS, Mario. O campo de atuação da museologia. *Cadernos de Sociomuseologia: Novos Rumos da Museologia*, v. 2, n. 2, p. 7-28, 1994.
- CHAGAS, Mario. A escola de samba como lição de processo museal. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 2, n. 2, 2002. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/14/12>. Acesso em: 9 jun. 2025.
- CHAGAS, Mario de Souza. *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: MinC/Ibram, 2009.
- CHAGAS, Mario; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa (org.). *A democratização da memória: a função social dos museus ibero-americanos*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. O Livro do Seminário Internacional está disponível em: <https://mariochagas.com/wp-content/uploads/2020/02/11democratizacaodamemoria.pdf>. Acesso em: 12 maio 2025.
- CHAGAS, Mario; STUDART, Denise; STORINO, Claudia (org.). *Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental*. Rio de Janeiro: Espirógrafo; Associação Brasileira de Museologia, 2014. Disponível em: https://mariochagas.com/wp-content/uploads/2023/08/livro_MBSA_com_capas.pdf. Acesso em: 12 maio 2025.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 1-9, jan./abr. 1991.
- CHARTIER, Roger; HÉBRARD, Jean. Entre public et privé: la correspondance, une écriture ordinaire. In: CHARTIER, Roger (dir.). *La correspondance: les usages de la lettre au XIX siècle*. Paris: Fayard, 1991.
- COMTE, Augusto. *Curso de filosofia positiva*; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. Traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção Os Pensadores.
- CORBIN, Alain *apud* ERTZOGUE, Mariana Haizenreder; PARENTE, Temis Gomes. *História e sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15, 2006.
- DAMATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter *anthropological blues*. *Boletim do Museu Nacional, Antropologia*, n. 27, p. 1-15, maio 1978.
- FERNANDES, Florestan. [1964] *A integração do negro na sociedade de classes*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008. Primeira edição em 1964.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. Primeira edição em 1933.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro, Zahar, 2020.
- JAGUN, Márcio de. *Filosofia descolonial do candomblé nagô*. Rio de Janeiro: Litteris, 2024.
- LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. *Filosofias africanas: uma introdução*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Dandara, 2023.
- NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- PESAVENTO, Sandra Jatay; LANGUAGE, Frédérique (org.). *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Ubu, 2024.
- REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Maria Helena Versiani | Historiadora pela Universidade Federal Fluminense (UFF, 1986), com mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2007 – *Pa-drões e práticas na política carioca: os deputados federais eleitos pela Guanabara em 1962 e 1970*). Possui doutorado em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2013 – *Linguagens da cidadania: os brasileiros escrevem a Constituição de 1988*) e pós-doutorado em História pela UFF (2017 – *Criar, ver e pensar: o acervo museológico do Museu da República*). Pesquisadora do Museu da República e líder do Grupo de Pesquisa Observatório de Estudos sobre o Rio de Janeiro, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRJ e registrado no CNPq desde 2012. Pesquisadora integrante do Instituto de Estudos sobre o Rio de Janeiro (Ierj). Professora convidada do ProfHistória/UFF. Possui particular interesse nas áreas de patrimônio cultural, história cultural, história do Brasil república, história das ciências e história do Rio de Janeiro. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7135-5242>.

Mario Chagas | Poeta, é museólogo graduado pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio, 1979). Licenciado em Ciências pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 1980), mestre em Memória Social pela Unirio (1997) e doutor em Ciências Sociais pela Uerj (2003). Um dos responsáveis pela Política Nacional de Museus (lançada em 2003) e um dos criadores do Programa Pontos de Memória, do Programa Nacional de Educação Museal (Pnem) e do Ibram. Fundador da *MUSAS: Revista Brasileira de Museus e Museologia* e criador do Programa Editorial do Ibram. Diretor do Museu da República/Ibram entre março de 2018 e julho de 2023, foi um dos articuladores da chegada da Coleção Nosso Sagrado ao Museu da República. Atualmente é pesquisador avançado no Museu da República; professor do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio (PPGPMUS) da Unirio, professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Museologia da UFBA, professor visitante do Departamento de Museologia da ULHT. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0232-4757>.

[<< Voltar ao início](#)